Ano 1 ▪ Número 3 ▪ Maio de 2011

Jornal do Sind CT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Vale do Paraíba

1º de Maio

Todo dia é dia do trabalhador

Fernanda Soares

Apesar da falta de recursos, o técnico em mecânica Ademir de Freitas Lima, que trabalha há mais de 25 anos no DCTA, gosta do que faz e lembra que a criatividade é imprescindível no dia-a-dia de um laboratório

Nossos trabalhadores Página 3

A origem do 1º de Maio: primeira batalha da nascente classe operária

Como anda nosso País Página 4

O Brasil precisa investir mais em tecnologia espacial

Mundo do Trabalho Página 7

Condições desumanas paralisam obras da Usina de Jirau

Editorial

http://www.sindct.org.br

O trabalhador é a mola mestra que impulsiona a humanidade

1º DE MAIO: a situação de exploração continua e a luta por conquistas também

Para que um país possa se desenvolver, é preciso muito investimento em sua população. Investimento em educação, tecnologia, cultura, saúde, na qualidade de vida, em geral.

O trabalhador é o elemento central no avanço de um país e de um povo. Sem o trabalho, não há desenvolvimento.

A classe trabalhadora, maioria do povo em qualquer sociedade do mundo, precisa estar consciente de sua importância e de seu peso político no processo de desenvolvimento de uma nação. Precisa conhecer sua força e se organizar coletivamente para usufruir os frutos da sua ação na sociedade.

O 1º de Maio, comemorado em quase todos os países do mundo, é prenhe de simbolismo.

Deram-se no século XIX, no ano de 1886, os acontecimentos que marcam a sua origem.

Lutando pela redução da jornada de trabalho, condição fundamental do desenvolvimento humano, trabalhadores foram à luta e sofreram as consequências de seus atos. (ver história da origem do 1º de Maio, na p.3).

Desde então, o trabalhador tem sua data, conquistada, não doada por governos ou patrões. Data que deve ser um momento de reflexão, organização e lutas. Às lideranças sindicais cabe a tarefa de conduzir esta reflexão.

Qualquer trabalhador, de qualquer categoria sindical, sempre tem pontos a serem conquistados ou garantidos. A construção civil, hoje, passa por uma explosão da demanda. Setores mais especializados, como o espacial, que nos diz respeito, enfrentam outras questões, embora algumas sejam semelhantes.

Na construção civil, os embates são por condições de trabalho e salários. No nosso setor, C&T, brigamos também por condições de trabalho que sejam suficientes para desenvolvermos nossas atividades, nossos projetos de pesquisas, além da questão salarial. Ambas as lutas se igualam nos objetivos finais.

A classe trabalhadora é una e indivisível, pois tem característica única.

O 1º de Maio é a nossa data. Data que deve servir como marco para novas lutas e novas conquistas.

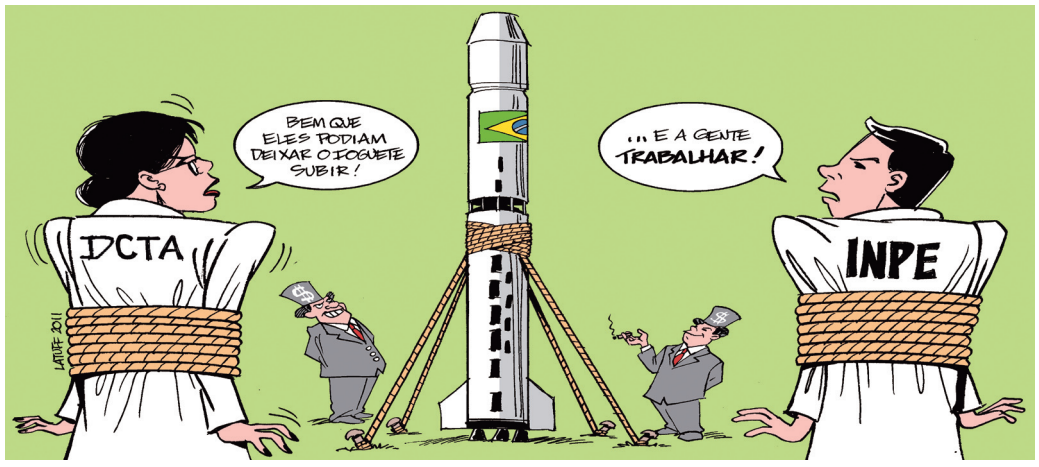
Opinião

Sem investimento em equipe técnica não há programa espacial viável

A tecnologia é importante, mas bons profissionais são essenciais

*Fernando Morais**

O programa espacial brasileiro pode ser dividido em três etapas: um passado tímido, mas cheio de esforços, que vai do final dos anos 40 até o final da década de 70, algo em torno de 30 anos; um segundo período, claramente iniciado a partir de 1982 chegando até 1994, e um último período com início em torno do ano de 1995 e que se prolonga até hoje.



O primeiro período se dá nos **anos 40** com a criação do Ministério da Aeronáutica. Já na **década de 60** busca-se avançar nas atividades e mergulha-se na área espacial. Há um esforço muito grande na constituição de equipes e institutos. O INPE nasce do DCTA e cresce à medida que aumentam as responsabilidades e compromissos. A questão dos recursos humanos fica problemática e prejudica o avanço do setor. Muitos servidores envolvidos atingiram o alto grau de especialização necessário para participarem efetivamente na equipe, e foram atraídos pelas oportunidades na iniciativa privada.

O segundo período começou com a intenção do governo de implementar um programa espacial para o Brasil, uma tentativa de se criar um PROGRAMA DE ESTADO para o setor espacial, sinalizado em **1979** com a criação da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE). Este período vai **efetivamente** de 1982 até 1994.

Os dois centros, INPE e DCTA começaram então a se preparar para esta nova fase. A partir de 1982, uma grande contratação de pessoal, com salários atraentes, ocorreu nestes centros, com uma seleção rigorosa.

O pessoal recém admitido neste período era em sua grande maioria composto por jovens engenheiros e analistas de sistemas, muitos já com mestrado ou doutorado. Estes servidores têm hoje em torno de 30 anos de trabalho só nestes Institutos, e um bom número deles se exonerou ao longo do tempo, por questões salariais ou desmotivações profissionais.

O terceiro período, que inicia nos **anos 90** e vai até os dias de hoje, pode ser considerado como o mais crítico para o INPE e DCTA. A partir desta fase começou o que chamamos de desmonte das instituições do setor espacial brasileiro, em especial os de engenharia.

O desmonte do setor espacial

A questão salarial tem sido uma das pedras no caminho do desenvolvimento tecnológico do setor espacial. A falta de competitividade dos salários no setor aeroespacial fez com que qualquer proposta de salário da iniciativa privada se tornasse um atrativo para os especialistas do setor aeroespacial. Outro ponto negativo do programa espacial é a falta de vontade política em fazê-lo e por este não ser um programa de Estado.

O grande problema de recursos humanos, que põe em risco todo o programa espacial brasileiro, é a falta de pessoal nos seus quadros devido à ausência sistemática da reposição de pessoal que, por força de lei, e ainda bem que é assim, deve ser feita através de concursos públicos. Há também a necessidade de ampliação significativa do número de servidores, em função de novos programas e projetos acrescentados ao setor ao longo dos tempos. Nos últimos anos, o DCTA e o INPE cresceram com compromissos e responsabilidades para com a sociedade brasileira.

Mas muitos programas e compromissos estão estagnados e atrasados devido ao quadro reduzido, falta de reposição de pessoal especializado e indefinição da vontade política de fazê-lo.

** Fernando Morais é presidente do SindCT*

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDCT: Jornal do SindCT é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Vale do Paraíba – fundado em 30 de agosto de 1989 ▪ Rua Santa Clara, 432, Vila Ady Anna ▪ CEP 12.243-630 ▪ São José dos Campos - SP ▪ Tel/fax: (12) 3941-6655 ▪ Responsabilidade editorial: a diretoria ▪ Horário de atendimento na sede: 8h30 às 17h30 ▪ Tiragem: 7.000 exemplares / 2.500 assinantes eletrônicos ▪ Jornalista Responsável: Fernanda Soares Andrade (MTB 29 972) ▪ Edição: Claudia Santiago (MTB 14915) ▪ Reportagem: Fernanda Soares, Marina Schneider (MTB 29.769/RJ) e Sheila Jacob ▪ Designer: Daniel Costa

O DIA 1º DE MAIO é nosso dia

Fazemos um trabalho sério dedicado à pesquisa e à ciência

Os servidores do DCTA e do INPE têm grande responsabilidade com o País e devem ser lembrados e homenageados no Jornal do SindCT do mês dos trabalhadores.

Por Fernanda Soares

São eles, os 1100 funcionários do INPE e os cerca de 2200 do DCTA os responsáveis pelo desenvolvimento de novas tecnologias implantadas no nosso dia-a-dia, das quais muitas vezes a sociedade não toma conhecimento.

Uma das grandes inovações surgida nos dois institutos foi a urna eletrônica. Podemos citar tantas outras criações: os projetos aeronáuticos que geraram a Embraer, o desenvolvimento de satélites, de veículos aéreos não tripulados, mísseis, previsão de tempo, o monitoramento de queimadas, o desenvolvimento do motor e da tecnologia do álcool, além de dezenas de outras pesquisas que geram conhecimento e uso em outras áreas, como por exemplo, a broca revestida com diamante, utilizada por dentistas.

Esse desenvolvimento se deve aos servidores do DCTA e do INPE

Ademir de Freitas Lima, técnico em mecânica e funcionário do DCTA desde 1984, chega a esquecer os problemas gerados pela falta recursos quando fala de seu trabalho: "gosto do que faço, é bem variado e precisa-se de criatividade em laboratórios. Preciso estar sempre inovando, criando novos dispositivos para exercer minha função".

Lidar com adversidades é uma forte característica dos nossos trabalhadores. Nas instituições de pesquisa há até falta de equipamentos de segurança em alguns departamentos. A contratação de pessoal e o pagamento correto de gratificações legais também é uma necessidade.

Mesmo assim, fatos que, por ventura, poderiam vir a desmotivar os servidores são enfrentados com dedicação à C&T. Os objetivos maiores dos trabalhadores da área são a pesquisa e o desenvolvimento da ciência no Brasil.

A paixão pela ciência e tecnologia espacial é o que mantém os servidores trabalhando nas instituições. O técnico em mecânica e processamento de dados José Paulo da Silva, há 29 anos no INPE, resume: "É tudo que eu gosto, me sinto realizado profissionalmente".

Fernanda Soares

Com quase três décadas de dedicação ao INPE, o técnico em mecânica e processamento de dados José Paulo da Silva, se sente realizado profissionalmente

A ORIGEM DO 1º DE MAIO: a primeira batalha da classe operária

A luta de muitas gerações garantiu os direitos de hoje

Até cem anos atrás, os trabalhadores tinham uma jornada de 12, 14 ou mais horas de trabalho. A origem do 1º de Maio está diretamente ligada à luta pela redução da jornada.

Em 1864, em Londres, durante a I Conferência Internacional dos trabalhadores, os 50 representantes presentes decidiram que a luta central da classe seria pela redução da jornada de trabalho. Vinte e dois anos mais tarde, no dia 1º de Maio, nos Estados Unidos, na cidade de Chicago, aconteceu uma grande greve geral pelas 8 horas. A repressão dos patrões e seu governo foi violentíssima. Quase mil feridos, mais de 100 mortos, e cinco líderes condenados à forca. E nada de conquistar as 8 horas.

Século XX: 8 horas de trabalho e muitas outras conquistas

No século XX, em vários países, começaram a ser feitas leis que garantiam direitos dos trabalhadores. Após a I Guerra Mundial, foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, logo em 1920, recomendou que todos os países implantassem a jornada de 8 horas. Aos poucos, essa e várias outras leis foram feitas sob pressão de milhares de greves de todo tipo de trabalhadores. Foram as chamadas Leis Trabalhistas: 8 horas, descanso aos domingos, férias, licença maternidade, aposentadoria, Previdência Social, salário mínimo, entre tantas.

Todas elas são frutos de muitas lutas: assembleias, piquetes, manifestações, barricadas, greves e, em alguns países, revoluções políticas que implantaram regimes socialistas.

Os vários governos se viram forçados a fazer concessões para evitar que a classe trabalhadora continuasse suas revoltas.

Assim, em vários países a política geral passou a ser chamada de socialdemocrata, que ficou conhecida como "Estado de Bem-Estar Social". Os direitos conquistados foram fixados em leis que os patrões tinham que obedecer.

Todo ano, no 1º de Maio, em lembrança daquela greve de Chicago de 1886, os trabalhadores saem às ruas para comemorar as vitórias já obtidas e apresentar suas novas exigências. Sabem que precisam prosseguir nesta luta.

A destruição neoliberal ameaça conquistas históricas

Desde 1980 prá cá, os trabalhadores estão atravessando uma crise. O sistema capitalista começou uma profunda transformação para garantir lucros. A política geral passou a ser o neoliberalismo e foi implantada a chamada reestruturação produtiva. As palavras da moda foram "Reformas estruturais" e "flexibilização". O capital passou a retirar direitos conquistados com mais de 100 anos de batalhas operárias. Com isso começaram a ser retiradas, uma a uma, as conquistas que estavam garantidas em leis. Leis criadas em consequência de 150 anos de lutas dos trabalhadores.

Hoje, 1º de Maio de 2011, precisamos retomar as lições deste século e meio de lutas para garantir os direitos que sobraram e, mais, conquistar novos. É esta a homenagem que devemos fazer aos "mártires de Chicago".

UM PROJETO DE PAÍS precisa de um projeto tecnológico

O Brasil precisa investir mais em alta tecnologia espacial

Fernanda Soares

A visível falta de investimento em infraestrutura e manutenção em um dos laboratórios da Coordenação Geral de Engenharia e Tecnologia Espacial, no INPE

O desenvolvimento político, econômico e cultural de um país está diretamente relacionado ao domínio que este tem da alta tecnologia. O Programa Espacial é central para o País.

Por Claudia Santiago

A visão de Estado mínimo, predominante em quase todo o mundo a partir dos anos 90, afetou fortemente as instituições de C&T públicas. A ideia-chave do novo credo neoliberal era a desqualificação de tudo o que é público e a entronização do deus mercado no centro do novo Panteón. Com a C&T não foi diferente. O mercado, porém, não tem pátria, não tem nação, e tem uma lógica puramente utilitarista. Não tem projeto de país e come avidamente aquilo que lhe traz lucros imediatos.

No mundo todo fortes investimentos

Um programa espacial requer muito investimento humano e material para que ele desenvolva as novas tecnologias necessárias, respeitando o seu ciclo de maturação. Além disso, ele está ligado à política industrial do país, agrega valor à indústria e se desenvolve no seu rastro. Um outro aspecto do programa é o que se convencionou a chamar de **"main contractor"**, ou seja, a capacidade de integração e testes de sistema espaciais. Um forte programa espacial requer instituições públicas com equipes de engenheiros e técnicos treinados e reciclados em instituições internacionais, laboratórios modernizados e financiamento adequado. Todos os dias novas tecnologias surgem com potencial aplicação em sistemas espaciais. É assim no mundo inteiro. Os programas espaciais atendem ao desenvolvimento industrial e de defesa do país. Por isso, além do forte investimento estatal, precisam interagir com outros setores industriais, principalmente o aeronáutico e o de defesa.

Os programas espaciais atendem ao desenvolvimento industrial e de defesa do país. Precisam de forte investimento estatal, para interagir com outros setores industriais, principalmente o AERONÁUTICO e o de DEFESA.

O necessário investimento do setor público

Algumas atividades da pesquisa e desenvolvimento tecnológicos são de interesse puramente acadêmico. Em países ricos, grandes corporações realizam intensamente o trabalho de pesquisa exploratória. No Brasil, ainda não temos esta tradição. O investimento privado em pesquisa ainda é pequeno e na área espacial, nulo.

Portanto, se o país almeja o seu desenvolvimento tecnológico, esse tem de ser realizado por especialistas das instituições públicas de C&T, com grande experiência na área espacial, principalmente em qualificação de equipamentos e respectivos processos, enquanto incentiva a participação do setor industrial e de serviços.

A Política Industrial para o SETOR ESPACIAL pode aumentar a competitividade de muitos setores empresariais.

As tecnologias desenvolvidas em instituições públicas de C&T, a pesquisa espacial, traz inovações tecnológicas que podem ser incorporadas pelo setor industrial e de serviços e gerar o aumento de produtividade, melhorias dos produtos, empregos, maior competitividade.

Missão Espacial Completa Brasileira

A Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) foi aprovada em agosto de 1980. Desde então, dois satélites tipo SCD´s (Satélite de Coleta de Dados) foram construídos e colocados em órbita e ainda estão em operação, atendendo ao Sistema de Coleta de Dados. Outros três satélites foram desenvolvidos em parceria com a China e colocados em órbita pelos lançadores chineses.

No início de 2004, foi iniciado o desenvolvimento da nova geração de satélites em parceria com a China. Nesta nova geração, a participação brasileira aumentou para 50%. Além disso, esses dois últimos satélites possuem câmeras de maior sofisticação do que na primeira geração. Todos esses subsistemas e equipamentos foram projetados e fabricados integralmente no país. Apenas componentes eletrônicos, materiais ou pequenos itens menos significativos foram importados.

Estratégia Nacional de Defesa

No final do ano de 2008 o governo brasileiro divulgou a sua Estratégia Nacional de Defesa. Entre outros pontos, o documento menciona "a reorganização da indústria nacional de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamentos das Forças Armadas apóie-se em tecnologias sob o domínio nacional".

Para cumprir o que o próprio governo determina na sua Estratégia Nacional de Defesa, ou seja, para o Brasil ter o domínio de tecnologia na área, é preciso financiamento que possibilite aumentar a atuação de empresas espaciais nos setores aeronáutico e de defesa. Isto pressupõe desenvolvimento de tecnologias, política industrial e fortalecimento dos trabalhadores das instituições públicas de pesquisa, como, o INPE e o DCTA. Mas, o Brasil, hoje, ainda precisa dar passos decisivos para superar esta dependência externa crônica na cadeia dos setores produtivos aeronáutico e de defesa.

Para o documento o setor espacial é estratégico com estas prioridades:

A **Projetar e fabricar veículos lançadores de satélites e desenvolver tecnologias de guiamento remoto, sobretudo sistemas inerciais e tecnologias de propulsão líquida;**

B **Projetar e fabricar satélites, sobretudo os geoestacionários, para telecomunicações e os destinados ao sensoriamento remoto de alta resolução, multiespectral e desenvolver tecnologias de controle de altitude de satélites;**

C **Desenvolver tecnologias de comunicações, comando e controle a partir de satélites, com forças terrestres, aéreas e marítimas, inclusive submarinas, para que elas se capacitem a operar em rede e a se orientar por informações deles recebidas; e**

D **Desenvolver tecnologias de determinação de coordenadas geográficas a partir de satélites.**

Todo o programa deve ser feito de acordo com as metas de Estado estabelecidas e apresentadas pelo Plano Brasil 2022 e pela Estratégia Nacional de Defesa.

Este texto foi produzido a partir de dados fornecidos pelo SindCT e por pesquisadores do INPE e DCTA, no dia 6 de abril deste ano.

PERIGO À VISTA na condução da engenharia espacial

O risco da terceirização está presente

Quando uma missão espacial é definida, a total responsabilidade pela execução do projeto fica a cargo de uma instituição executora, comumente chamada de **MAIN CONTRACTOR**. Essa instituição pode ser um órgão público ou uma empresa privada.

CABE AO MAIN CONTRACTOR:

1. **Realizar as atividades de gerenciamento e engenharia de sistemas**
2. **Sub-contratar outras empresas para o desenvolvimento, fabricação e testes dos subsistemas e equipamentos**
3. **Acompanhar e fiscalizar as atividades a cargo das sub-contratadas**
4. **Fazer as revisões ao projeto que se fizerem necessárias**
5. **Dar o aceite final a cada um dos subsistemas que compõem a plataforma**
6. **Responsabilizar-se pelas atividades de integração e testes**
7. **Contratar os serviços de lançamento**
8. **Participar da campanha de lançamento**
9. **Acompanhar a operação em órbita na fase inicial de validação**
10. **avaliar a capacitação e a competência dos subcontratados**

No caso de satélites, o INPE atua como main contractor. Todas as atividades necessárias à implementação de uma missão espacial, desde a fase de concepção e estabelecimento dos requisitos de missão, incluindo a definição da órbita, ficam sob a responsabilidade dos engenheiros do INPE. Só depois dessa fase são contratadas as empresas que se encarregarão do desenvolvimento, projeto, fabricação e testes dos subsistemas/equipamentos que irão compor o satélite. Essas serão acompanhadas e orientadas pelo INPE. O INPE tem completa infraestrutura para as atividades de integração e testes de satélites.

Hoje a indústria nacional desenvolve os seguintes subsistemas:

- ✓ **Estrutura do satélite**
- ✓ **Painéis solares**
- ✓ **Subsistema de potência**
- ✓ **Transponder DCS**
- ✓ **Subsistema de telemetria e telecomando**
- ✓ **Câmera de alta resolução – MUX**
- ✓ **Câmera de largo campo de visão – WFI**
- ✓ **Transmissor de dados de alta taxa**
- ✓ **Fabricação e teste dos computadores de bordo**
- ✓ **Gravador de bordo e antenas.**

O instituto também possui um Centro de Controle de Satélites, cujos aplicativos são desenvolvidos internamente pelas equipes de engenheiros. Esse desenvolvimento não é sub-contratado por razões de segurança. Possui também estações de Telemetria/Telecomando, como estações de recepção de dados das cargas úteis dos satélites. Essas estações estão localizadas em pontos adequados do território nacional.

MUITAS DÚVIDAS e muitos receios

Raupp não diz o que é estratégico para o País

Em artigo na revista *Tecnologia & Defesa* nº 124, o presidente da Agência Espacial Brasileira, Marco Antonio Raupp, afirma, acertadamente, que o "Programa Espacial Brasileiro contribui diretamente com a soberania e a capacidade de auto-gestão do País". Entretanto, mais adiante, o presidente da AEB coloca no mesmo patamar de importância do Programa Espacial Brasileiro as áreas de defesa e o meio ambiente sem, no entanto, deixar claro o que realmente é estratégico para o país.

Ele vai além. Desqualifica o muito que se fez todos estes anos no INPE e no DCTA. Ao fazer um balanço do Programa Espacial Brasileiro, Raupp afirma que "resta um histórico de poucos resultados, atrasos e baixa prioridade em comparação com outras políticas públicas". O artigo não historiciza a questão e não diz que o grande vazio na área da C&T se deu nos governos Collor e FHC. Além disso, não aponta os motivos que teriam levado a estes "poucos resultados e atrasos", como a suspensão de concursos públicos para reposição da força de trabalho, salários defasados e, principalmente, os erros político-administrativos por parte dos dirigentes da área nos últimos anos.

Neste sentido, Raupp parece demonstrar que irá persistir nos erros. A ideia central defendida pelo presidente da AEB no artigo parte do pressuposto liberal. O mesmo que embasou o sucateamento do setor público. Assim, ele diz, de forma não explícita, que propõe a substituição do INPE como main contractor, no caso dos satélites, por uma empresa "prime contractor".

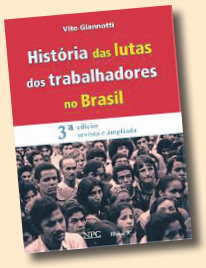
Ora, constituindo-se, nas palavras de Raupp, "uma empresa integradora, capaz de fornecer sistemas espaciais completos (satélites, foguetes e sistemas de solo) que favoreça a organização de uma cadeia produtiva de fornecedores e serviços do setor espacial, orientada para os mercados interno e externo", o INPE deixaria de ser o main contractor e a tecnologia sairia da mão do Estado.

Não se pode vacilar na defesa estratégica de se manter a presença do INPE na gerência dos projetos de satélites como MAIN CONTRACTOR. Isso porque, é o maior detentor de competência humana para essa posição além de ser mais barato, garante o controle e a tecnologia envolvida nas mãos do Estado.

Cultura

LIVRO

História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil
Vito Giannotti
Editora Mauad (319 págs)



Livro/compêndio de 120 anos de história da industrialização brasileira contada do ponto de vista das lutas e sonhos dos trabalhadores. O livro permite que os trabalhadores tenham à mão uma síntese de parte da sua história, suas lutas, suas vitórias e derrotas, desde que as primeiras fábricas começaram a ser instaladas no Brasil, no final do século XIX. Giannotti fala dos primeiros sindicatos, das greves, das batalhas operárias, com seus jornais e partidos. Fala do varguismo, do Golpe de 64, da Ditadura Militar e da resistência nas fábricas, bairros e na sociedade, até a explosão das greves nos anos 1980 e chega até começo do século XX.

FILME

Segunda-feira ao sol (Los lunes al Sol)
Fernando León de Aranoa - Espanha
Ano 2002 (113 minutos)

Filme comovente sobre o drama humano de uma cidade outrora florescente atingida pelo tsunami do neoliberalismo. Com o fechamento dos estaleiros navais, moradores de uma cidade costeira da Espanha passam a lidar com o desemprego. O filme narra alegrias, ansiedades e desesperos dos ex-operários metalúrgicos da indústria naval. Uma aula sobre os efeitos do neoliberalismo na vida dos trabalhadores. Explicação visual sobre reestruturação produtiva, desemprego, precarização do trabalho e a destruição da vida dos ex-trabalhadores.

BRASIL de espectador a ator

Fonte: Uol Educação

50 anos do homem no espaço

Por Fernanda Soares

No dia 12 de abril comemoramos 50 anos da primeira viagem de um homem ao espaço.

Yuri Gagarin, aos 27 anos, realizou a viagem com êxito a bordo da nave Vostok 1, lançada do Cosmódromo de Baikonur, no Cazaquistão, na extinta URSS. O russo ficou cerca de 110 minutos em órbita e proferiu a famosa frase "a Terra é azul".

Gagarin era piloto militar graduado pela escola de Saratov, em 1955. Foi selecionado como cosmonauta em 1960. Viajou pelo mundo para divulgar o programa espacial soviético, visitando inclusive o Brasil. No Rio de Janeiro, visitou o Sindicato dos Aeroviários.

O voo da Vostok-1 foi totalmente automático. O painel de controle estava travado e Gagarin tinha uma chave para assumir somente em caso de necessidade - o que não aconteceu, apesar de o módulo de equipamentos não ter se separado da cápsula ao final da missão e provocar uma situação crítica ao queimar na reeentrada na atmosfera terrestre.

Yuri Gagarin

A Vostok-1 foi precedida por dois voos não tripulados conhecidos como Korabl-Sputnik-4 e Korabl-Sputnik-5, que usaram a nave Vostok para testes.

Ao enviar o primeiro homem ao espaço, os soviéticos confirmaram seu pioneirismo no setor: lançaram o primeiro satélite artificial em 1957, o Sputinik, e, no mesmo ano, colocaram em órbita o primeiro ser vivo: a cadela Laika. A corrida espacial se converteu no símbolo da batalha entre Estados Unidos e União Soviética, durante a Guerra Fria.

Trabalhadores do nosso vale

CRESCIMENTO E MORTE em São José e no Brasil

Aquecimento da construção civil não traz melhorias para os trabalhadores

O mercado imobiliário vive seu melhor momento. Em 2010 o crescimento no setor atingiu 11% no Vale do Paraíba. Em São José dos Campos foi 1,5 vezes maior do que a média geral no país.

Por Fernanda Soares

Enquanto as construtoras lucram com o aquecimento no mercado, os trabalhadores sofrem com o descumprimento das leis. O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São José dos Campos (Sintricom) relata que os maiores problemas estão relacionados ao descumprimento dos direitos trabalhistas e da Norma Regulamentadora 18 que garante as condições de Meio Ambiente e Trabalho na Indústria da Construção.

De acordo com o diretor do Sintricom, João Paulo Pereira da Silva, "nos últimos oito meses foram registrados oito acidentes fatais na região. Em São José dos Campos dois trabalhadores morreram vítimas de acidente de trabalho nos primeiros meses de 2011".

João Paulo afirma que os acidentes não fatais raramente são comunicados. "O trabalhador não abre a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) por medo de perder o emprego. O patrão fala para não preencher, que ele pode ficar em casa recebendo o salário, com a alegação de manter o trabalhador no emprego", diz

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego revelam 472 acidentes fatais em obras brasileiras no ano de 2010.

Sindicato atua junto com DRT

Para enfrentar esses problemas, o Sintricom acompanha as obras regularmente, em companhia de um fiscal da Delegacia Regional do Trabalho de São José dos Campos. As obras irregulares são embargadas até que os problemas encontrados sejam sanados. Havendo reincidência, o responsável pela obra é multado.

No último ano, nas cidades de Caraguatatuba e Ubatuba, 19 de 20 obras fiscalizadas numa operação do sindicato foram embargas e duas empresas foram multadas por reincidência. Nessas ocorrências, o motivo do embargo foi a falta de dispositivos de segurança obrigatórios e problemas na documentação dos trabalhadores.

Hoje, o maior problema enfrentado pelo trabalhador da construção civil é a péssima condição dos alojamentos, segundo o presidente do sindicato. "Nas obras vistoriadas, muitas vezes são encontrados trabalhadores alojados na própria obra, o que é proibido. Em outras ocasiões, há alojamentos com mofo, sem camas, com instalações elétricas irregulares (com risco de incêndio ou choques), fogões ao lado de colchões, mostrando o descaso das construtoras e empreiteiras com os trabalhadores do setor".

SITUAÇÃO EXPLOSIVA EM MUITOS CANTEIROS
Em março e abril mais de 100 mil peões de obra se revoltaram no Norte do País

REVOLTA OPERÁRIA na maior obra do PAC do País

Condições desumanas paralisaram obras em Jirau por 26 dias

Protestos indignados de operários nas obras da usina hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, alertam para precariedade que se repete em muitos empreendimentos de todo o país. CUT alertava para situações explosivas desde 2007

Por Marina Schneider

As péssimas condições de trabalho na construção da hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, uma das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), culminaram em uma grande manifestação realizada pelos trabalhadores no dia 15 de março. Na ocasião, os operários incendiaram mais de 40 ônibus e alojamentos em protesto contra a situação precária. Os trabalhadores reivindicavam melhores condições de moradia, transporte, ambiente de trabalho adequado, melhores salários, salários iguais e regulamentação da "baixada" - licença periódica dos trabalhadores para visitas às famílias.

A indignação manifestada pelos trabalhadores de Jirau culminou com uma decisão judicial que suspendeu as obras de construção da hidrelétrica por 26 dias. A Força Nacional de Segurança foi enviada para o canteiro de obras. O protesto revela que a classe operária não só existe, como ainda se revolta contra as péssimas condições de trabalho impostas por patrões.

Retomada das obras

As obras foram retomadas em 11 de abril, após negociação realizada em assembleia com a presença de quatro mil trabalhadores e com representantes da empresa Camargo Correia. Nesse dia, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, participou da assembleia. A reunião referendou a proposta costurada pela CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil (Conticom) e Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Rondônia (Sticcero) para resolver abrir um canal de negociação.

De acordo com informações do Ministério, na assembleia ficou acertado que a mão de obra será intermediada pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine), privilegiando os profissionais que residem no estado. Além disso, as empresas concordaram em voltar a fazer o transporte dos operários em horários regulares, o que não vinha acontecendo e foi uma das causas do protesto.

Um problema generalizado

As reivindicações que levaram ao protesto e à paralisação das atividades na usina estão longe de ser um problema pontual e exclusivo de Jirau. A precariedade das condições de trabalho são recorrentes em grandes empreendimentos no Brasil.

Na construção da usina hidrelétrica de Santo Antonio, que também integrará, junto com Jirau, o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, a situação dos trabalhadores é parecida. Três dias depois dos protestos de Jirau, as atividades de Santo Antônio também foram interrompidas, segundo a Odebretch, empresa responsável pela obra, por questão de segurança no trabalho. No dia 4 de abril, após acordo com a empresa, os operários da usina de Santo Antônio voltaram às atividades.

A hidrelétrica de Jirau é a maior obra da construção civil em execução no Brasil e será a terceira maior geradora de energia elétrica do mundo depois de Três Gargantas (China) e Itaipu (Brasil-Paraguai). Os protestos incisivos dos trabalhadores demonstram que a implementação dos projetos de ampliação de geração de energia não têm sido acompanhados de melhorias da qualidade de vida da população que vive onde as usinas estão sendo construídas e nem de condições dignas de trabalho dos operários destas obras.

Pacto Nacional da Construção Civil

Em março deste ano, a Secretaria Geral da Presidência da República, em conjunto com representações sindicais, empreiteiras envolvidas nas obras com financiamento público federal e o Dieese se reuniram pra discutir a situação dos trabalhadores de obras com recursos do PAC e começar a construir um Pacto Nacional da Construção Civil.

De acordo com o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, "o pacto tem como foco a melhoria das condições de trabalho nas grandes obras de construção civil em curso no país, consideradas suas características específicas e os impactos que elas geram".

Segundo ele, a necessidade mais urgente que impulsionou o início das reuniões da Comissão Tripartite foi garantir a retomada dos trabalhos nas usinas de Jirau e Santo Antônio. "Não há um prazo estipulado para que as ações sejam implementadas, mas iniciativas emergenciais já foram definidas na última reunião da Comissão Tripartite, como o investimento na formação e qualificação da mão-de-obra e a regulamentação da contratação dos trabalhadores por meio do Sine, de forma a eliminar o intermediário, conhecido como 'gato'", completa Carvalho.

Na reunião, o presidente da CUT Artur Henrique, apresentou um dossiê com documentos que comprovam os vários alertas que já haviam sendo feitos pela entidade desde 2007, ano de lançamento do Programa. "Queremos que as empresas garantam as condições mínimas de trabalho nas obras do PAC, não só em Jirau e Santo Antônio", afirma Artur Henrique.

Luiz Carvalho/CUT

Após assembleia realizada no dia 11 de abril com mais de 4 mil trabalhadores, entre eles muitos jovens, as obras de Jirau foram retomadas

O que vai pelo Brasil

http://www.sindct.org.br

IAE REALIZA SEMINÁRIO E WORKSHOP sobre Veículos Lançadores

Pesquisadores de vários estados do País se encontraram em São José dos Campos

Por Fernanda Soares

O Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) realizou, de 5 a 6 de abril, no ITA, o 5º Seminário de Projetos de Pesquisa & Desenvolvimento em Veículos Espaciais e Tecnologias Associadas (SePP&D). Participaram 350 cientistas e pesquisadores. Paralelamente ao Seminário foi realizado o Workshop Tendências Futuras para Veículos Lançadores.

O objetivo principal do seminário, segundo seus organizadores, foi a apresentação do resultado dos projetos de tecnologias associadas a Veículos Lançadores desenvolvidos no instituto e que estão fora dos programas anteriores: o projeto Veículos Lançadores de Satélites (VLS) e o projeto Veículos de Sondagem (VS). Estes novos projetos têm custo total de até R$300.000,00, prazo máximo de realização de 24 meses e envolvem pequenos grupos de pesquisadores e técnicos.

Entre os participantes, estavam representantes do programa UNESPAÇO da AEB, o que foi um diferencial em relação às edições anteriores. O evento promoveu a aproximação entre os pesquisadores de universidades brasileiras e os pesquisadores do IAE. Assim, os pesquisadores convidados puderam conhecer as aplicações para suas pesquisas. Agora, poderão contribuir mais diretamente para os programas. Os pesquisadores internos tiveram a oportunidade de agregar novos resultados ao seu trabalho.

Avaliações e resultados

Em sua fala, Lisa Montgomery, da NASA, ressaltou a importância da empolgação da equipe para o sucesso dos projetos. Servidores do IAE relataram sentir falta de uma empolgação assim no instituto.

Felix Huber (DLR/Alemanha) apresentou os desafios da engenharia de sistemas em projetos de satélites e Mathias Persson (ECAPS/Suécia) falou sobre o combustível que pode substituir a hidrazina no controle de satélites sem os inconvenientes atuais.

Ariovaldo F. Palmério (IAE) historicizou o desenvolvimento do VLS com seus erros e acertos. A servidora do IAE Laís Mallaco aprovou o seminário: "é sempre bom rever nossos passos e refletir sobre nossas decisões".

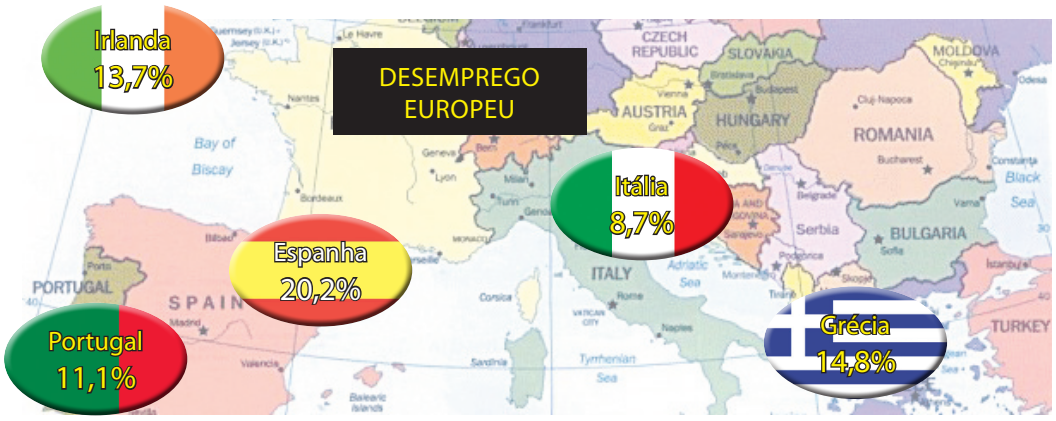
Na opinião do SindCT este tipo de evento é altamente positivo, aproximando a comunidade Nacional e Internacional dos Institutos, porém, o pesquisador, o cientista brasileiro precisa ter direito a maior participação nos processos de decisão e de definição da pesquisa do setor aeroespacial.

O que vai pelo mundo

O PRIMEIRO MUNDO já não é mais o mesmo

Na Europa, os trabalhadores pagam pela crise

A crise econômica europeia é um fato. E outro fato é que ela não foi provocada pelos trabalhadores, embora sejam esses, mais uma vez, que estejam pagando a conta



Por Claudia Santiago

Todos os dias lemos e escutamos notícias da crise na Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália. Em alguns destes países, como a Espanha, o desemprego já passa dos 20%. Entre os jovens de 16 a 29 anos a situação é ainda pior: na Itália, chega a 30%. Muitos deles são obrigados a migrar para países como Bélgica e Inglaterra em busca de dias melhores. Partem para o norte, enquanto a juventude da Ásia e do Leste Europeu migra para seus países, na Europa do sul.

As medidas apresentadas pelos vários governos europeus para a crise são sempre as mesmas: redução do crescimento (desemprego), garantir o pagamento da dívida externa e retirada dos direitos dos trabalhadores. Globalizando o desespero, as medidas são as mesmas aplicadas na América Latina: aumento da idade de aposentadoria, aumento da jornada de trabalho e eliminação do que sobrou do chamado "Estado de bem-estar social".

Itália: exemplo de ataque aos trabalhadores

Durante décadas, o movimento operário italiano foi um grande exemplo para o mundo. Greves, greves gerais, manifestações e muitas vitórias. Foi assim que, nos anos 1980, foi conquistado o Contrato Coletivo de Trabalho e o Estatuto dos Trabalhadores. Essas duas conquistas garantiram inúmeros direitos, como a estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho e a proteção à saúde do trabalhador, além de importantes direitos sindicais. Os trabalhadores tinham orgulho de sua condição.

Mas a coisa mudou. Desde a década de 1990, os patrões e os governos, seus aliados, estão fazendo de tudo para anular as conquistas históricas da classe trabalhadora. No começo de 2011, a Federação das Indústrias desfechou um ataque feroz sobre os trabalhadores da FIAT de Turim que, se bem sucedido, atingiria todos os trabalhadores. Intentaram, através de acordos com as centrais sindicais amigas, impor o fim de 50 anos de conquistas: anulação do Estatuto dos Trabalhadores, fim do Contrato Coletivo e da Representação Sindical livre da intromissão patronal. Os metalúrgicos tentaram resistir, marcaram uma greve geral, mas não obtiveram o êxito esperado.

A esperança, hoje, é uma reação mundial dos trabalhadores à onda de destruição de direitos que governos e patrões estão jogando sobre eles. A importância da solidariedade de classe é muito atual.

Vitória importante

TYSSENKRUPP italiana é condenada por 6 mortes

Em 6 de dezembro de 2007, sete funcionários da empresa morreram em um incêndio na fábrica ThyssenKrupp. No último dia 15 de abril, a segunda corte de Turim, no norte da Itália, presidida por Maria Iannibelli, condenou, Harald Espenhahn, chefe da planta da ThyssenKrupp na cidade, a 16 anos e meio de prisão. Os jurados acolheram a solicitação da promotoria e confirmaram a acusação de homicídio voluntário, para o chefe, e de cooperação no homicídio, para os outros gerentes, condenados a tempo menor na prisão.

Fonte: La Repubblica